

Educação Previdenciária na Primeira Infância para a Formação de uma Consciência Cidadã

Diana Vaz de Lima

<https://orcid.org/0000-0002-4477-445X>

Jady Wane Rodrigues Cardoso

<https://orcid.org/0000-0003-3819-7155>

Álvaro Borba Modernell

<https://orcid.org/0000-0002-0042-1919>

Rosa Maria Costa Cavalcante

<https://orcid.org/0000-0003-0738-6754>

Gabriella Melo Barros

<https://orcid.org/0000-0002-2957-621X>

Resumo

Objetivo: Desenvolver ações para disseminar a educação previdenciária na primeira infância e compreender como as crianças podem ser motivadas para desenvolver uma consciência cidadã sobre o tema da previdência. Quando se fala de previdência, comumente a primeira infância é uma fase da vida pouco explorada. Na concepção da Teoria do Ciclo da Vida, frequentemente invocada para explicar as motivações para as demandas de longo prazo em relação à aposentadoria e, para os comportamentos financeiros das pessoas à medida que envelhecem (Neri, 2007), está a premissa de que as pessoas em geral têm um padrão mais ou menos definido na acumulação de patrimônio (Modigliani, 1986).

Método: A partir da aprovação do projeto de pesquisa pelo Conselho de Ética da Universidade de Brasília (CEP/CHS/UnB), foram realizadas oficinas pedagógicas em quatro encontros presenciais ocorridos nos meses de abril e maio de 2021, com a participação de 12 crianças entre cinco e seis anos de idade matriculadas em uma escola de educação infantil. Para potencializar a capacidade criativa e o aprendizado das crianças sobre o tema, foi utilizada como literatura de suporte a obra intitulada *O Tesouro do Vovô*, de autoria de Álvaro Borba Modernell. As oficinas ocorreram às quintas-feiras, dia da semana reservado para as aulas de artes da referida turma. As oficinas foram realizadas nos 40 minutos finais da aula, distribuídas em quatro encontros de 50 minutos cada (dias 8, 22 e 29 de abril e 6 de maio de 2021).

Resultados: A realização das oficinas permitiu criar um campo de conhecimento coletivo na medida da compreensão das crianças sobre o tema, em um ambiente controlado e com o devido suporte de pessoas adultas.

Contribuições: O presente estudo demonstrou a importância da introdução da fase de aprendizagem (*learning*) na Teoria do Ciclo da Vida.

Palavras-chave: Aposentadoria, Educação previdenciária, Oficinas pedagógicas, Previdência, Primeira infância.

Editado em Português e Inglês. Versão original em Português.

Recebido em 14/2/2022. Aceito em 27/10/2022 por Bruna Camargos Avelino, Professora Doutora (Editora Assistente) e por Professor Doutor Gerlando Augusto Sampaio Franco de Lima (Editor). Publicado em 23/12/2022. Organização responsável pelo periódico: Abracicon.

1. Introdução

Levantar os fatores determinantes na sustentabilidade dos regimes previdenciários do Brasil e do mundo tem sido o desafio de muitos pesquisadores. Para amenizar os efeitos da dinâmica demográfica e seu impacto nas contas dos governos nacionais, reformas nos sistemas previdenciários têm sido propostas (Grech, 2013; Lima & Matias-Pereira, 2014; Zhao & Mi, 2019) e a educação financeira e previdenciária têm sido estimuladas (D'Aquino & Cerbasi, 2008; Souza, 2016; Silva, Reis, Martins & Fornari, 2019).

De acordo com a Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE), a educação financeira torna os indivíduos mais conscientes das oportunidades e dos riscos em relação aos conceitos e produtos financeiros, contribuindo de modo mais consistente para sociedades responsáveis, comprometidas com o futuro (OECD, 2005). A educação financeira tornou-se uma preocupação crescente em diversos países, gerando um aprofundamento nos estudos sobre o tema (Savoia, Saito & Santana, 2007; Vieira & Pessoa, 2020).

Para compreender como os indivíduos planejam o comportamento do seu nível de consumo e a poupança ao longo do seu ciclo de vida, Modigliani e Brumberg desenvolveram a Teoria do Ciclo da Vida, segundo a qual as pessoas fazem escolhas inteligentes sobre o quanto elas querem gastar em cada idade, de acordo com os recursos que possuem (Modigliani & Brumberg, 1954). Pesquisadores concordam que as pessoas adaptam seus padrões de consumo às suas necessidades nas diferentes faixas etárias, independentemente de rendimentos, abrindo mão de uma parcela de consumo durante a vida ativa para poder estabilizar o padrão de consumo na velhice, quando, em geral, ocorre uma queda no rendimento do trabalho (Modigliani & Brumberg, 1954; Neri, Carvalho & Nascimento, 1999; Deaton, 2005; Neri, 2007; Melo, Texeira, Ferreira & Silva, 2018).

Para Silva (2012) e Silva (2019), o ciclo de vida pode ser separado em três fases: (a) pré-trabalho; (b) trabalho; e (c) pós-trabalho. Nas fases (a) e (c), os indivíduos consomem mais do que produzem, enquanto que na fase (b), eles produzem mais do que consomem. Segundo os pesquisadores, a duração de cada uma das fases é diferente para cada indivíduo e é influenciada por diversos fatores: biológicos, estrutura econômica da sociedade, oportunidade educacional, necessidades familiares e expectativas, saúde, etc.

Há consenso na literatura que a educação financeira pode fazer com que os indivíduos apropriem conhecimentos para melhor tomada de decisões na vida cotidiana financeira e se preparem para diferentes momentos da vida (Souza, 2016; Silva, Reis, Martins & Fornari, 2019). No caso da infância, D'Aquino e Cerbasi (2008) entendem que educação financeira pode ajudar as crianças na construção de bases para que essas possam lidar bem com o dinheiro na vida adulta.

Aplicada à previdência, a educação financeira tem o potencial de colaborar para uma cultura de poupança de longo prazo e para a compreensão de temas relacionados com o ambiente da aposentadoria. Bassil (2018) reforça o entendimento de que a educação previdenciária é uma vertente da educação financeira, e que deve ser abordada de modo a esclarecer a população sobre a necessidade da sua inserção no regime previdenciário e do que seja a real dimensão do que é a previdência social e a sua importância para a proteção do trabalhador e de seus familiares.

Note-se que, no contexto da educação financeira, a educação previdenciária também é uma importante base para as decisões individuais e coletivas de consumir e poupar. A própria Constituição Federal brasileira está refletida em seu art. 6º “Educação, saúde, trabalho, moradia, lazer, segurança, previdência social, proteção da mãe e do filho, assistência aos sem-teto são direitos sociais”. Ejdelsberg e Ribeiro (2009) apontam que a educação previdenciária se refere à alfabetização financeira mais específica relacionada aos fundos de pensão e seus respectivos efeitos sobre a riqueza individual.

Em 2003, o Ministério da Previdência Social instituiu o Programa de Educação Previdenciária (PEP) com o objetivo de informar e conscientizar a sociedade acerca de seus direitos e deveres em relação à previdência social, mas estudos mostram que ainda há baixo grau de instrução financeira, principalmente entre os jovens (Lusardi, Mitchell & Curto, 2010; Atkinson & Messy, 2012; Vieira, Kunkel, Campara & Paraboni, 2016).

Diante desse cenário, compreendendo que a vida é uma sucessão de escolhas intertemporais e que somente por meio delas é possível lidar de forma inteligente com os desafios e as oportunidades nas diferentes etapas do ciclo de vida (Modigliani & Brumberg, 1954; Giannetti, 2005), e que visando à proteção da vida e promoção da cidadania é necessário estabelecer um pacto social consistente, que mobilize um mutirão nacional para viabilizar o sistema previdenciário frente aos desafios do futuro (Magalhães & Alves, 2019), este estudo teve como objetivo desenvolver ações para disseminar a educação previdenciária na primeira infância e compreender como as mesmas podem ser motivadas para desenvolver uma consciência sobre o tema da previdência.

Para fins deste estudo, a primeira infância será considerado o período que abrange os primeiros 6 (seis) anos completos ou 72 (setenta e dois) meses de vida da criança, conforme disposto no art. 2º da Lei n.º 13.257, de 8 de março de 2016, que instituiu as políticas públicas para a primeira infância no Brasil.

2. Revisão da Literatura

2.1 A Primeira Infância e a Teoria do Ciclo da Vida

De acordo com Oliveira Lima e Nobile (2020), há consenso na literatura sobre a importância dos primeiros anos de vida para o desenvolvimento humano, quando as sinapses e as conexões neurais ocorrem com exuberância, garantindo respostas mais eficazes aos estímulos recebidos pelas crianças no ambiente em que se encontram e influenciando todo o ciclo de vida posterior delas. Uma das conclusões apresentadas, é que a consciência crítica e reflexiva, própria do raciocínio científico, tem suas bases nas estruturas lógicas elementares do pensamento da criança, sendo definidos nesta fase os laços da inteligência e da lógica com outras funções cognitivas, tais como a memória, a linguagem e a percepção (Piaget, 1993; Montangero et al, 1998; Oliveira Lima & Nobile, 2020).

Conforme Papalia e Feldman (2013) e Gonçalves (2016), a infância tem características diferentes de acordo com a idade, tendo algumas especificidades em cada momento: (i) do nascimento aos 3 anos: além do crescimento rápido, nesta fase a criança adquire duas importantes habilidades que são fundamentais para a sua sobrevivência: a capacidade de andar e fala; (ii) de 3 a 6 anos: fase em que as crianças progredem rapidamente quanto à aquisição de habilidades motoras grossas e finas, desenvolvendo sistemas de ação mais complexos; e (iii) de 6 a 11 anos: nesta fase as crianças são menos egocêntricas do que antes e mais competentes para tarefas que requerem raciocínio lógico, como relações espaciais, causalidade, categorização, raciocínios indutivo e dedutivo e conservação. Para Piaget (1986), as aquisições obtidas na infância são importantes para a criança se conhecer melhor, se diferenciar uma das outras e poder interagir socialmente.

Quando se fala de previdência, comumente a primeira infância é uma fase da vida pouco explorada. Na concepção da Teoria do Ciclo da Vida, frequentemente invocada para explicar as motivações para as demandas de longo prazo em relação à aposentadoria e aos comportamentos financeiros das pessoas à medida que envelhecem (Neri, 2007), está a premissa de que as pessoas em geral têm um padrão mais ou menos definido de acumulação de patrimônio ao longo do seu ciclo de vida (Modigliani, 1986).

Para o planejador financeiro Levy (2019), o envolvimento das pessoas com as finanças pode começar aos três (anos) de idade, aos poucos, na medida da sua compreensão sobre o dinheiro. A literatura mostra que a idade ideal para que se desenvolva a mentalidade de consumo consciente e de educação financeira está compreendida dentro da faixa etária de cinco a oito anos de idade, pois é nesse período que são formadas as relações cognitivas que darão as bases para o futuro desenvolvimento da criança (Kassardjian, 2013).

A partir dessa perspectiva, este estudo considera que a Teoria do Ciclo da Vida pode ser revisitada para prever a formação dos indivíduos em questões financeiras mesmo antes da fase renda (*Income*), que poderia receber a denominação de “aprendizagem” (*Learning*) (Figuras 1 e 2).

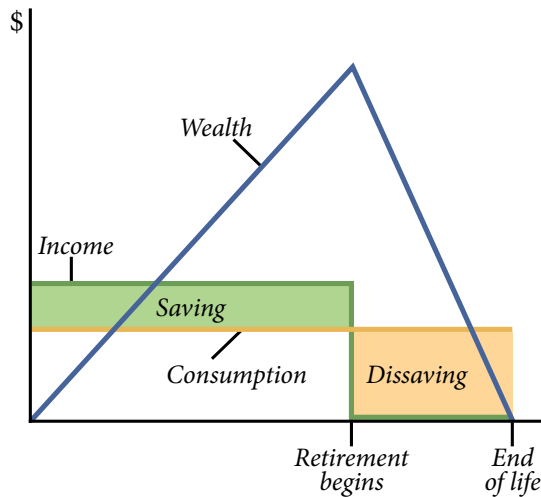


Figura 1. Teoria do Ciclo da Vida

Fonte: Modigliani (1986).

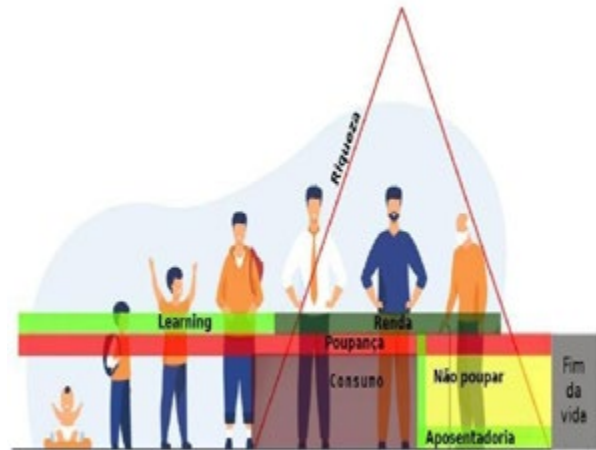


Figura 2. Teoria do Ciclo da Vida Adaptada de Modigliani (1986)

Fonte: elaboração própria a partir de Modigliani (1986).

Godfrey (2013) sugere como estratégia para alcançar o envolvimento das crianças com as finanças, quatro faixas etárias principais de aprendizado: de 5 a 8 anos, de 9 a 12 anos, de 13 a 15 anos e de 16 a 18 anos, consubstanciadas no que chama de “10 princípios básicos do dinheiro”, quais sejam: (1) como poupar; (2) como manter o controle do dinheiro; (3) como ser recompensado pelo que você merece; (4) como gastar com sabedoria; (5) como falar sobre dinheiro; (6) como lidar com um orçamento limitado; (7) como investir; (8) como exercitar o espírito empreendedor; (9) como lidar com o crédito; e (10) como usar o dinheiro para mudar o mundo.

Para Godfrey (2013) e Kassardjian (2013), é necessário prestar atenção se os ensinamentos são de fato adequados à faixa etária com a qual se está lidando, e que crianças com idade entre 5 e 8 anos geralmente são extremamente curiosas, literais e enérgicas, além de apresentarem, ocasionalmente, falta de atenção e até mesmo egocentrismo. Para Kassardjian (2013), entre as principais habilidades financeiras que devem ser estimuladas nessa idade estão contar moedas e notas, entender os propósitos do dinheiro, aprender as diferenças entre vontades e necessidades e começar a desenvolver um senso de ética e justiça.

A literatura é clara quando apresenta que a aprendizagem se inicia desde o começo da vida (Piaget, 1993; Montangero et al, 1998) e que a educação financeira deve se iniciar nesta fase (Godfrey, 2013; Kassardjian, 2013; Levy, 2019; Oliveira Lima & Nóbile, 2020). Portanto, a primeira infância pode ser um momento propício para a educação previdenciária no contexto e no ambiente acadêmico que as crianças frequentam.

Assim, a primeira infância pode ser uma importante oportunidade para estimular o comportamento poupador e planejador desses indivíduos, uma vez que a literatura apresenta que a falta de educação financeira no ambiente de ensino pode ser um dos fatores para os jovens pensarem muito no agora e deixarem o futuro para depois, resultando em uma geração de milhares de pessoas que não poupam, não investem e não pensam na aposentadoria como deveriam (Borges, 2014; Gallo, 2018).

2.2 Consciência Cidadã: educação financeira e previdenciária

A educação financeira é um processo de aprendizado associado às finanças pessoais, no qual a sociedade tem a oportunidade de ganhar uma visão crítica sobre o uso do dinheiro; auxiliando os consumidores a orçar e gerir a sua renda, a poupar e a investir (Cordeiro, Costa & Silva, 2018; Cordeiro, Maia & Silva, 2019). Para Gallery, Gallery, Brown e Palm (2011, p.288), a educação financeira “é a capacidade de fazer julgamentos inteligentes e decisões eficazes em relação ao uso e gestão do dinheiro”.

Para Pena (2008) e Silva (2012), a educação financeira pode ser definida como a habilidade que os indivíduos apresentam de fazer escolhas adequadas ao administrar suas finanças pessoais durante o ciclo de sua vida, visando ao bem-estar material do conjunto da sociedade. Na prática, abrange um conjunto amplo de orientações e esclarecimentos sobre posturas e atitudes adequadas no planejamento e uso dos recursos financeiros pessoais.

Segundo a Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE), com a educação financeira os indivíduos e as sociedades melhoram a sua compreensão em relação aos conceitos e produtos financeiros, desenvolvendo valores e competências para fazer escolhas bem informadas, saber onde procurar ajuda e adotar outras ações que melhorem o seu bem-estar. Assim, podem contribuir de modo mais consistente para a formação de indivíduos e sociedades responsáveis, comprometidos com o futuro (OECD, 2005).

Uma das vertentes da educação financeira diz respeito aos assuntos relacionados à formação de poupança de longo prazo e à aposentadoria, já nas fases finais do ciclo da vida. De acordo com informações da cartilha “Educação Previdenciária: planeje seu futuro” elaborada pelo Programa de Educação Financeira e Previdenciária do Sebrae Previdência, o consumo consciente e responsável ao longo do ciclo da vida ajuda a proporcionar prazeres no presente e segurança para o futuro. Saber dosar adequadamente o quanto deve ser gasto hoje e o quanto deve ser poupado e investido em previdência, proporcionando equilíbrio a essas necessidades, é uma das maiores demonstrações de educação financeira que uma pessoa pode dar a si mesma (Sebrae, 2012).

A Constituição Federal do Brasil de 1988 definiu em seu art. 6º que “São direitos sociais a educação, a saúde, o trabalho, a moradia, o lazer, a segurança, a previdência social, a proteção à maternidade e à infância, a assistência aos desamparados, na forma desta Constituição”, revelando a importância do tema para a sociedade brasileira. Portanto, é fundamental que as pessoas possam ser educadas para o conhecimento dos seus direitos e sobre a finalidade do sistema previdenciário, que exige a contribuição pecuniária daqueles que exercem atividade laborativa (Matos, 2012).

De acordo com Magalhães e Alves (2019), a previdência social atua na proteção dos riscos sociais presentes ao longo da vida dos cidadãos, contudo, existe uma parcela da população que desconhece tais mecanismos de proteção e, devido à desinformação, permanece à margem da cobertura previdenciária, prejudicando as garantias sociais oferecidas pelo Estado, passo importante na construção de uma sociedade mais cidadã. Dessa forma, segundo os pesquisadores, no que diz respeito à previdência, a promoção da cidadania tem sido um marco a ser alcançado por toda esfera governamental.

Segundo Ejdelberg e Ribeiro (2009), enquanto o termo “educação financeira” é empregado como uma série de conhecimentos que o indivíduo possui para auxiliá-lo na tomada de decisões de investimento, o termo “educação previdenciária” pressupõe conhecimentos financeiros mais específicos, relacionados ao funcionamento dos fundos de pensão e seu impacto na riqueza do indivíduo.

Uma das iniciativas desenvolvidas para a educação previdenciária da população brasileira é o Programa de Educação Previdenciária (PEP), criado pelo Governo federal em 2000 com o intuito de ampliar, divulgar e propagar a proteção previdenciária. O programa consiste em cursos, orientações, individuais e participações em programas de rádio e televisão, tendo como principal objetivo informar e conscientizar sobre os direitos e deveres previdenciários (Magalhães & Alves, 2019).

Quanto à origem e fundamentação legal, até o ano de 2003, o PEP denominava-se Programa de Estabilidade Social (PES). Com a aprovação da estrutura organizacional do Instituto Nacional do Seguro Social pelo Decreto n.º 5.870, de 8 de agosto de 2006, o PEP deixou de fazer parte da estrutura do Ministério da Previdência Social e passou a compor a Diretoria de Atendimento do INSS (Magalhães & Alves, 2019). Para Sales (2014), essa mudança teve como propósito promover a conscientização, fomentar o debate, criar uma “cultura de transparência”, fazendo com que o brasileiro finalmente compreenda que a administração da previdência social é sua e de todos, tornando a sua participação mais interessante com uma linguagem e formato com melhores condições de atingir o público-alvo.

Segundo informações disponíveis no *site* do INSS, o PEP busca a inclusão de trabalhadores no sistema previdenciário, divulgar políticas públicas e valorizar a cidadania, entre outros, ampliando o nível de cobertura previdenciária e auxiliando os cidadãos a compreender e a exercer seus direitos. Entre as ações desenvolvidas pelo PEP, destacam-se o atendimento individual ao cidadão, realizado em praça pública, feiras, exposições, nas ações e/ou mutirões de cidadania, no campo ou em conjunto com o atendimento das Unidades Móveis (PREVBarco e PREVMóvel) (INSS, 2020).

Outra iniciativa do governo brasileiro foi a Estratégia Nacional de Educação Financeira (ENEF), que integra a educação previdenciária e tem como objetivo promover a educação financeira e previdenciária e contribuir para o fortalecimento da cidadania, a eficiência e solidez do sistema financeiro nacional e a tomada de decisões conscientes por parte dos consumidores. Segundo informações disponíveis em seu *site*, a ENEF é uma mobilização em torno da promoção de ações de educação financeira, securitária, previdenciária e fiscal no Brasil. Criada por meio do Decreto Federal n.º 7.397/2010 e renovada pelo Decreto Federal n.º 10.393/2020, a expectativa é que a ENEF contribua para o fortalecimento da cidadania ao fornecer e apoiar ações que ajudem a população a tomar decisões financeiras mais autônomas e conscientes.

Apesar das medidas tomadas pelo PEP e de outras iniciativas como a ENEF, as pessoas geralmente não estão especificamente preparadas para a aposentadoria. O nível de escolaridade e conhecimento de educação financeira ainda é baixo entre os jovens. Assim, o planejamento da previdência social entre os jovens é fundamental, pois eles podem precisar muito desse recurso no futuro, mas também no presente.

2.3 Ciclo de Aprendizagem: despertando o aprendizado na primeira infância

Para potencializar a capacidade criativa e o aprendizado da criança, é necessário incentivá-la a conhecer o mundo, seja por meio dos sentidos, das artes que podem ser através das cores, dos sons ou até mesmo de figuras (Fröebel apud Cambi, 1999; Siufi, 2018). Segundo os pesquisadores, as brincadeiras podem ser o primeiro caminho na aprendizagem, retratadas como um meio de criar representações do mundo para entendê-lo da melhor maneira.

Fröebel (apud Cambi, 1999) e Siufi (2018) apresentam que a educação nos jardins de infância não são somente locais para acolher as crianças na primeira infância, mas, também, lugares desenvolvidos e estruturados para atividades voltadas ao lúdico, para atividades em grupo (como brincadeiras), com o intuito de aguçar nas crianças o interesse para atividades mais variadas.

Nesse sentido, segundo os autores, cabem aos educadores fornecer espaço para a espontaneidade das iniciativas, evidenciando a educação como um processo no qual o indivíduo constrói o próprio pensamento, conectando seu mundo interior e exterior. Com essa ideia, quanto mais atuante é a mente da criança, mais receptiva ela será quanto a novos conhecimentos (Fröebel apud Cambi, 1999; Siufi, 2018).

Siufi (2018) ressalta que para Piaget cada fase destaca determinadas formas de organização mental, que sugerem uma relação com o jogo. Com essa visão, segundo o pesquisador, Piaget apoiava que a atividade lúdica seria o berço das atividades intelectuais da criança, dessa maneira, uma prática indispensável ao processo educativo. “[...] ao manifestar a conduta lúdica, a criança demonstra o nível de seus estágios cognitivos e constrói conhecimentos” (Piaget apud Kishimoto, 2011, p. 36). Dessa forma, compreendida como integrante do meio social, a criança necessita de experiências e aprendizados que permitam a construção de um conhecimento coletivo e de relações sociais (Siufi, 2018). Sendo assim, na visão do autor, a cultura lúdica possibilita que haja um acúmulo de experiências desde o início da vida da criança, em que a interação social acontece de um modo geral.

Para Coelho (2000), um dos mecanismos utilizados para materializar o processo de aprendizagem na primeira infância é a literatura, vista como uma tarefa fundamental para servir como agente de formação, seja no espontâneo convívio leitor/livro, seja no diálogo leitor/texto estimulado pela escola. De acordo com a pesquisadora, a literatura infantil tem sido o agente ideal para a formação da nova mentalidade que se faz urgente. Contudo, a transformação da mentalidade das crianças só poderá ser atingida se essa tarefa for executada por pessoas adultas que delas se ocupam (pais, educadores, professores), conscientes da sua responsabilidade e reorganizadas em seu próprio conhecimento (Machado, 2002; Tavares, 2010).

Para Machado (2002), “[...] ouvir ou ler histórias inicia a criança no processo de construção da linguagem, ideias, valores e sentimentos os quais ajudarão a criança na sua formação cultural como pessoa e cidadão”. Dessa forma, para ajudar na formação da criança, a literatura infantil terá de estar adaptada ao meio social e cultural da criança e dos adultos com quem interage no seu processo educativo, além de respeitar as fases de desenvolvimento de cada criança (Tavares, 2010).

Da perspectiva do ciclo de aprendizagem, considerando este como uma reordenação de uma sequência de séries (ou níveis) anuais, que pressupõe a aplicação do tempo anual, que pode ser organizado em ciclos de dois, três, quatro ou mais anos, contemplando, assim, as diferenças de ritmo dos alunos (Perrenoud; 2004; Silva, 2017), o aprendizado na primeira infância pode servir de gatilho para que o assunto seja novamente introduzido nos anos seguintes.

3. Procedimentos Metodológicos da Pesquisa

Objetivando desenvolver ações para disseminar a educação previdenciária na primeira infância visando à formação de uma consciência cidadã sobre o tema, neste estudo foi utilizada a abordagem de métodos mistos sequenciais (Terrell, 2012; Mele & Belardinelli, 2019), composta por cinco etapas:

- i. submissão do projeto ao Conselho de Ética da Universidade de Brasília (CEP/CHS- UnB);
- ii. seleção da escola para o desenvolvimento do projeto, mediante contato com a direção e coordenação pedagógica de uma escola de educação infantil, para a definição dos termos em que as oficinas seriam realizadas;
- iii. planejamento das oficinas, definindo a abordagem de aplicação do estudo, seleção das turmas e definição dos recursos que seriam utilizados;
- iv. contato com o autor do livro selecionado como principal recurso a ser utilizado, para que esse fosse adaptado ao fenômeno da pesquisa (educação previdenciária na primeira infância); e
- v. realização das oficinas e sistematização das informações coletadas.

O projeto foi submetido ao Conselho de Ética da Universidade de Brasília (CEP/CHS-UnB) por meio da Plataforma Brasil, em razão de envolver a interação com crianças. A equipe de pesquisa reuniu-se em meados do mês de novembro de 2020 para providenciar os seguintes documentos necessários para a submissão do projeto, que foram submetidos à plataforma em 4 de dezembro de 2020:

- a. Declaração de ciência e concordância da instituição envolvida;
- b. Termo de compromisso para uso de dados em arquivo;
- c. Termo de confidencialidade;
- d. Termo de consentimento para uso de voz para menores de idade;
- e. Termo de consentimento livre e esclarecido voltado para os pais e/ou responsável;
- f. Folha de rosto; e
- g. Projeto detalhado.

No dia 10 de dezembro de 2020, foi disponibilizado o primeiro parecer do Comitê de Ética, relacionando as seguintes pendências documentais:

- h. Carta de encaminhamento;
- i. Cronograma dd/mm/aaaa e atualização desse;
- j. Carta de revisão ética;
- k. Apresentação dos currículos *lattes* de todos os pesquisadores envolvidos na pesquisa;
- l. Termo de assentimento ou justificativa para o não envio;
- m. Termo de consentimento livre e esclarecido com *e-mail* e o telefone do CEP/CHS e também com o telefone do pesquisador responsável;
- n. Envio do instrumento de coleta de dados ou justificativa para a sua não apresentação;
- o. Envio da folha de rosto com a assinatura da instituição proponente; e
- p. Aceite institucional.

Um conjunto de informações adicionais então foi submetido no dia 4 de fevereiro de 2021, sendo disponibilizado um segundo parecer do Comitê de Ética que trouxe novas recomendações:

- q. Apresentação ou justificativa de não apresentação do termo de assentimento livre e esclarecido voltado para os participantes menores de idade; e
- r. Esclarecimento dos procedimentos metodológicos e a explicitação dessas.

Depois de todas as recomendações atendidas, em 17 de março de 2021, foi emitido o parecer final de aprovação do Comitê de Ética, quando os trabalhos sobre o planejamento das oficinas foram retomados com a equipe envolvida na pesquisa. Registre-se que a escolha das oficinas como estratégia metodológica se deu em razão dos achados da literatura, segundo os quais as oficinas são usadas tanto na atuação dos movimentos sociais com as populações variadas (especialmente os mais jovens) como em outros contextos em que se buscam formas participativas de transformação social (Spink, Menegon, & Medrado, 2014).

Em linhas gerais, Spink, Menegon e Medrado (2014) apresentam que as oficinas são configuradas como ferramentas ético-políticas privilegiadas, pois propiciam a criação de espaços dialógicos de trocas simbólicas e a coconstrução de outras possibilidades de sentidos acerca das temáticas discutidas. Para os autores, seus efeitos não se limitam aos usos que os pesquisadores possam fazer desse material, mas, também, para potenciais transformações nas práticas discursivas geradas naquele contexto, em uma fusão inseparável entre o que se convencionou chamar de “coleta de informações e produção de informações”.

3.1 Escola Objeto do Estudo de Caso

Inicialmente, constava do projeto que as oficinas seriam realizadas em uma unidade de educação infantil da rede de ensino pública do Governo do Distrito Federal (GDF), a fim de analisar as habilidades das crianças nas questões envolvendo educação financeira e previdenciária as quais seriam apresentadas e compreender como essas poderiam ser motivadas para desenvolver uma consciência cidadã sobre o tema. Devido à pandemia da Covid-19, foi editado, pelo GDF, o Decreto n.º 40.509, em 11 de março de 2020, suspendendo, entre outras, no âmbito do Distrito Federal, as atividades educacionais em todas as escolas, universidades e faculdades, das redes de ensino pública e privada. O Decreto n.º 40.939, de 2 de julho de 2020, autorizou apenas o retorno das atividades presenciais na rede privada a partir de 27 de julho de 2020, permanecendo fechadas as escolas da rede pública do Distrito Federal até o fechamento do presente estudo.

Com isso, como escolha metodológica, optou-se por realizar as referidas oficinas em uma escola da rede de ensino particular do Distrito Federal, observando a mesma faixa etária. Como a concepção do projeto envolve o desenvolvimento de uma consciência cidadã em crianças, e que se manteve a faixa de idade das crianças do projeto original, a equipe de pesquisa considerou que não haveria prejuízo dos resultados a serem alcançados. Dessa forma, foi efetuado contato por telefone com uma escola particular de educação infantil localizada em Brasília, com a realização de uma reunião presencial com a coordenadora pedagógica do segmento de educação infantil no mês de novembro de 2020, quando o projeto foi apresentado pela equipe de pesquisa.

Durante as discussões do trabalho e, considerando a possibilidade do uso de literatura infantil orientada para a temática, foi selecionada a obra intitulada *O Tesouro do Vovô*, de autoria de Álvaro Borba Modernell, publicada pela editora Mais Ativos, pelo fato de tal obra já haver sido lançada em 2011, na programação oficial do principal evento de previdência complementar do Brasil, o Congresso Anual da Associação Brasileira das Entidades Fechadas de Previdência Complementar (Abrapp).

Visando atingir aos propósitos do estudo, foi estabelecido pela coordenação pedagógica da unidade de ensino objeto do estudo de caso que a oficina seria realizada em um ateliê já utilizado na escola para as aulas de arte. A equipe da pesquisa verificou que o espaço era adequado para a realização da oficina. Ao avançarem as discussões sobre a implementação das oficinas, ficou estabelecido que a professora atelierista de artes responsável pelo ateliê da unidade de ensino ajudaria na condução da oficina, devidamente orientada e acompanhada pela equipe de pesquisa, de modo a colocar em prática a abordagem de aplicação do estudo previamente planejada, bem como a utilização dos recursos definidos para os propósitos da pesquisa, entre eles, o uso do livro adaptado ao fenômeno da pesquisa (educação previdenciária na primeira infância) e a sistematização das informações coletadas.

3.2 Planejamento e Realização das Oficinas

Para Silveira Kroeff, Silva e Maraschin (2016), as oficinas constituem-se instrumentos importantes de pesquisa ao criar um campo coletivo, são interessantes para potencializar a criação de um espaço comum inventivo e permitem acompanhar processos de forma participativa. Para Siqueira e Siqueira (2020), tais oficinas são entendidas como um dispositivo metodológico que possibilita a construção coletiva do conhecimento e a análise da realidade, implicando no exercício de escuta que desconstrói uma hierarquização das relações e dos saberes.

Assim, a adoção de oficinas na pesquisa com crianças se configura a partir de sua concepção como pessoa em desenvolvimento, que brinca, fantasia, imagina, opina, critica, sugere e, portanto, pressupõe uma linguagem adequada às suas especificidades, considerando sua faixa etária, seus interesses e condições para que se sinta segura e acolhida (Kroeff, Silva; & Maraschin, 2016; Siqueira & Siqueira, 2020).

Nesse movimento, a literatura afirma que o livro literário configura um dos possíveis objetos de mediação para conversar, trocar ideias e experiências e pode ampliar “as possibilidades de conhecer a si mesmo, o outro e mais um pouco do mundo para além do que já conhecido, de organizar experiências, de imaginar e criar, de pensar, de se emocionar, de apreciar a estética dos textos verbal e visual e suas interrelações” (Corsino, 2017; Siqueira & Siqueira, 2020).

A partir dessa perspectiva, no presente estudo as oficinas foram planejadas juntamente com a equipe da escola acolhedora da pesquisa, sendo realizada reunião presencial no dia 25 de fevereiro de 2021 para definição da abordagem de aplicação do estudo, da seleção das turmas e da definição dos recursos que seriam utilizados, inclusive, a adaptação da obra *O Tesouro do Vovô* para a faixa de idade selecionada para a realização da oficina.

Sobre a escolha das turmas, a entidade objeto do estudo de caso segrega o segmento da educação infantil em quatro faixas de idade: (a) a fase I, até 3 anos; (b) a fase II, entre três e quatro anos; (c) a fase III, entre quatro e cinco anos; e (d) a fase IV, entre cinco e seis anos. Em razão dos achados da literatura e da limitação do tempo para a realização da pesquisa, a oficina foi concentrada em uma única turma da fase IV (entre cinco e seis anos de idade), composta por 12 crianças.

A cada oficina, em seus minutos iniciais, foram feitos registros sobre a postura verbal e não verbal das crianças, e buscou-se avaliar o grau de evolução do entendimento das crianças sobre o tema antes e depois da realização das oficinas. As oficinas foram realizadas às quintas-feiras, dia da semana reservado para as aulas de arte da referida turma. As oficinas foram realizadas nos 40 minutos finais da aula, distribuídas em quatro encontros de 50 minutos cada (dias 8, 22 e 29 de abril e 6 de maio de 2021), conforme dinâmica apresentada na Tabela 1.

Tabela 1

Dinâmica das oficinas do projeto

Data	Diretrizes e Bases da Educação	Temática introduzida	Recursos utilizados
Oficina 1: 8/4/2021	(EI03EF01) Expressar ideias, desejos e sentimentos sobre suas vivências, por meio da linguagem oral e escrita (escrita espontânea), de fotos, desenhos e outras formas de expressão.	Percepção das crianças sobre o tema previdência a partir de palavras-chave: trabalho, contribuição para aposentadoria, governo, tempo passado, idoso, aposentadoria, etc. Teoria do Ciclo da Vida: introdução do conceito de idoso com a ferramenta FaceAPP.	-Resma A4; -impressão das fotos; -gravador de voz (celular); -canetas permanentes; -aquarela ou tinta; e - aplicativo FaceAPP.
Oficina 2: 22/4/2021	(EI03EO03) Ampliar as relações interpessoais, desenvolvendo atitudes de participação e cooperação. (EI03EO06) Manifestar interesse e respeito por diferentes culturas e modos de vida.	Conceito de aposentadoria e de caixa do governo (previdência): leitura do livro e apresentação das três árvores que representará a aposentadoria.	-1 árvore; -impressão do livro adaptado; -3 folhas de papel pardo; -caixa do Álvaro (encapada com pardo); -caneta permanente; e - chamada de vídeo ou vídeo gravado do autor – Álvaro Borba Modernell.
Oficina 3: 29/4/2021	(EI03EO04) Comunicar suas ideias e sentimentos a pessoas e grupos diversos. (EI03EO07) Usar estratégias pautadas no respeito mútuo para lidar com conflitos nas interações com crianças e adultos.	Relação entre trabalho e aposentadoria: as crianças contribuirão com ações pela escola e serão “pagas” pelos trabalhos prestados.	-caixa pronta; -dinheiro de brinquedo; e -câmeras (celular).
Oficina 4: 6/5/2021	(EI03CG01) Criar com o corpo formas diversificadas de expressão de sentimentos, sensações e emoções, tanto nas situações do cotidiano quanto em brincadeiras, dança, teatro, música.	Usufruto da aposentadoria: caracterizadas de idosos as crianças irão abrir a caixa, pegar o valor arrecadado e trocar por benefícios (brincadeiras ou um lanche que serão disponibilizados).	-15 m de tecido – chita; -1 vidro de talco; -frutas; e -pipoca.

Fonte: elaboração própria.

Comandos nas oficinas. Em cada oficina realizada houve comandos específicos, a professora Gabriela nos auxiliou para que pudéssemos colocar em prática a dinâmica. Na Oficina 1, foi pedido que os alunos sentassem em roda para que pudessem ser apresentados e falassem um pouco sobre o tema e qual a percepção deles sobre previdência. Pudemos constatar o nível de entendimento deles sobre a questão abordada. Na Oficina 2, foram apresentados aos alunos os conceitos introdutórios de temas relacionados à previdência, houve a leitura do livro *O Tesouro do Vovô* e, logo após, uma chamada de vídeo com o autor para que as crianças pudessem saber mais e tirar dúvidas. Na Oficina 3, foi abordada, de maneira dinâmica, a relação de trabalho e aposentadoria, após esse momento os alunos foram reunidos e foram distribuídos “trabalhos” para que pudessem realizá-los. Ao final da atividade, eles eram “pagos” e deixavam uma parte na “caixa do governo”. Na Oficina 4, reunimos as crianças e as caracterizamos como idosos para que elas pudessem tirar suas aposentadorias da “caixa do governo” e usufruir desse benefício.

Sobre a mensagem do livro. A história do livro se desenvolve em um ambiente familiar em que o personagem principal é o vovô João. Aos olhos do neto, ele tem um tesouro inesgotável, conquistado em aventuras na juventude, pois, diferentemente dos pais, o vovô não trabalha, mas sempre tem um dinheirinho para atender às suas necessidades. São apresentados conceitos e fundamentos de previdência social e complementar, fontes de renda dos aposentados. De acordo com seu autor, o livro *O Tesouro do Vovô* é recomendado, entre outros, para introduzir e apoiar a educação financeira em casa e nas escolas, com destaque para questões relacionadas à educação previdenciária. Como em sua concepção original o livro é sugerido para os anos iniciais do ensino fundamental, indicado para crianças a partir de 7 anos, foi feito um contato com o escritor sobre a possibilidade de sua adaptação para crianças entre 4 e 6 anos, conforme a segregação das faixas de idade adotadas nas turmas de educação infantil da entidade participante da pesquisa, e ainda sobre a inserção de conceitos mais relacionados com a questão previdenciária, como renda passiva, contribuição previdenciária, idade de aposentadoria, entre outros, o que foi prontamente aceito e atendido pelo autor Álvaro Borba Modernell.

Envolvimento dos professores/pesquisadores no local. Durante a realização das oficinas, a professora ateliêrta da escola e os pesquisadores adotaram uma postura de observância, para avaliar o nível de conhecimento das crianças sobre o tema. De posse dessa compreensão, os demais recursos foram colocados em prática no sentido de “provocar” a reflexão a partir do conhecimento oferecido, preservando, contudo, a autonomia da criança. Nessa etapa, o entendimento é que era necessário que a criança se apropriasse dos conceitos abordados para que conseguisse estabelecer um raciocínio e uma postura ativa dentro da curiosidade naturalmente observada nessa fase da vida.

Registro dos achados. Todas as etapas desenvolvidas durante as oficinas foram devidamente registradas, tanto por parte da professora como dos pesquisadores, pontuando os detalhes sobre a postura verbal e não verbal das crianças durante as discussões. Os achados nessa fase foram comparados aos registros inicialmente feitos antes da realização das oficinas, visando analisar se houve evolução do entendimento da criança sobre o tema. O registro de cada oficina foi feito através de recursos já selecionados pela equipe de pesquisa: desenhos, gravações de áudio e captura de fotos dos desenhos por meio dos celulares da equipe de pesquisa, atendidas as recomendações do parecer emitido pelo Conselho de Ética da Universidade de Brasília (CEP/CHS-UnB).

4. Resultados

Inicialmente, na **primeira oficina** foram introduzidas algumas palavras-chave (aposentadoria, banco, ciclo da vida, dinheiro, velhice) para observar qual o conhecimento prévio das crianças sobre o tema. Imediatamente, as crianças se mostraram muito receptivas, demonstrando que ali havia um conjunto de condições favoráveis para o avanço das etapas planejadas. Na sequência, foi pedido às crianças que desenhassem o que entendiam por essas palavras-chave, o que gerou bastante animação e trouxe como resultados as imagens apresentadas na Figura 3.



Figura 3. Imagens colhidas na Oficina 1

Fonte: documentação colhida pela equipe de pesquisa.

Nessa primeira oficina, enquanto desenhavam, as crianças soltavam frases como: “estou desenhando meu avô”, “olha o meu banco”, “está bonito tia?”. De uma maneira geral, elas se envolveram com as atividades da Oficina 1, mas algumas se mostraram acanhadas.

A **segunda oficina** teve início com a leitura da obra *O Tesouro do Vovô*, devidamente adaptada pelo autor Álvaro Borba Modernell para a faixa de idade das crianças da oficina. As crianças ficaram fascinadas pela história do netinho que considerava que o vovô tinha um tesouro inesgotável, conquistado em aventuras na juventude. A cada página lida, elas ficavam cada vez mais interessadas e eufóricas ao comentarem o desfecho do livro. Em seguida, a equipe de pesquisa fez uma chamada de vídeo previamente planejada com o escritor, quando as crianças puderam fazer perguntas. Nesse momento, foi possível perceber o envolvimento das crianças com a história e a animação na interação com o próprio autor do livro (Figura 4).



Figura 4. Imagens colhidas na Oficina 2

Fonte: documentação colhida pela equipe de pesquisa.

Gentilmente emprestada pelo autor do livro, foi circulada entre as crianças uma mascote representando o dinheiro (Figura 5). Nessa segunda oficina, as crianças também tiveram contato com um pé de amora para mostrar como funciona o ciclo da vida, em que nascemos, crescemos, ficamos “velhos” e morremos. Novamente, as crianças ficaram eufóricas, brincaram com os galhos da muda e queriam ver de mais perto a planta.



Figura 5. Imagens colhidas na Oficina 2

Fonte: documentação colhida pela equipe de pesquisa.

A **terceira oficina** foi reservada para mostrar a relação entre trabalho e aposentadoria. As crianças foram “empregadas” em atividades como separar tampas, dobrar recortes de tecido e trabalhar em escritório de mentirinha (Figura 6), para as quais elas seriam devidamente remuneradas. Elas interagiam entre si durante toda a dinâmica da oficina e tivemos a percepção que fizeram o trabalho com todo empenho e maestria porque sabiam que o “salário” dependia disso.



Figura 6. Imagens colhidas na Oficina 3

Fonte: documentação colhida pela equipe de pesquisa.

Na terceira oficina, as crianças também foram levadas ao pátio da escola, para perguntarem sobre a profissão das pessoas que estavam por lá. Elas questionaram a profissão dessas pessoas e ganharam um bônus por isso. Ao voltarem para a sala, ajudaram a criar o “caixa do governo – previdência” e tiveram o momento de colocar uma parte do dinheiro recebido nessa caixa. A maioria das crianças demonstrou consciência quanto ao propósito do dinheiro que estava sendo depositado, demonstrando curiosidade sobre quando receberiam o valor de volta (Figura 7).



Figura 7. Imagens colhidas na Oficina 3

Fonte: documentação colhida pela equipe de pesquisa.

Nesse momento, as crianças perceberam que o dinheiro que elas têm hoje é por conta dos pais e sabem que no futuro vão precisar trabalhar. Novamente, foram muito receptivas com essa oficina e se envolveram em cada atividade realizada. As crianças também demonstraram empolgação com a ideia de um dia poder se aposentar, percebendo que, para esse feito, precisam trabalhar antes.

Na **quarta oficina**, em um primeiro momento foram retomados os ensinamentos das três oficinas anteriores, resgatando os conceitos aprendidos: “o que a gente falou nesses últimos encontros? “Sobre o que conversamos?”. Na sequência, as crianças foram questionadas sobre “O que tem que fazer para se aposentar?” Uma das crianças respondeu “tem que ficar velhinho”, outra comentou “trabalhar muito, muito, muitos anos”. Para tornar o momento mais verossímil, as crianças foram “transformadas” em idosas, usando talco de bebê e echarpes feitas de tecido chita (Figura 8).



Figura 8. Imagens colhidas na Oficina 4

Fonte: documentação colhida pela equipe de pesquisa.

Após ficarem devidamente caracterizadas como idosas, a “caixa do governo” foi aberta e o dinheiro da aposentadoria distribuído. Foi pedido que as crianças formassem uma fila enquanto trazíamos os lanches para que elas pudessem “comprar” com o dinheiro que receberam. Elas ficaram muito eufóricas e animadas com essa oficina, desde o momento da transformação em idosas até o momento de desfrutar da aposentadoria. Os lanches disponibilizados para “compra” foram pipoca e uva, escolhidos pela escola para não interferir na dieta delas (Figura 9).

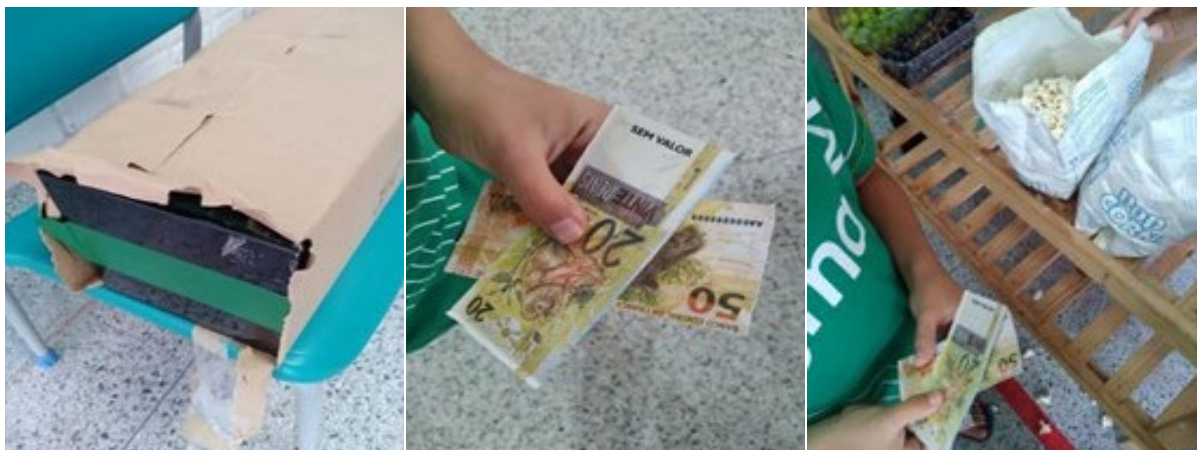


Figura 9. Imagens colhidas na Oficina 4

Fonte: documentação colhida pela equipe de pesquisa.

Ao final das quatro oficinas, a equipe de pesquisa pode constatar que a escolha da estratégia metodológica com a realização de oficinas e o uso da obra *O Tesouro do Vovô* como literatura de suporte corroborou os achados de pesquisas anteriores, revelando que essa experiência pode ser considerada uma alternativa para o desenvolvimento de uma política pública voltada para a educação previdenciária na primeira infância.

4.1 Desenvolvendo uma Consciência Cidadã

Durante a realização das oficinas, foi possível perceber o despertar das crianças sobre o tema e sobre o seu olhar como cidadãs. Na **primeira oficina**, observou-se que, após a introdução das palavras-chave, especificamente com a palavra “idoso/idoso”, as crianças começaram a se referir às pessoas mais velhas como idoso/idoso, porque tiveram uma conscientização adquirida de que era desrespeitoso chamá-las de velhas.

Nas **segundas e terceiras oficinas**, as crianças perceberam que era necessário trabalhar para receber a aposentadoria. Elas conseguiram entender os conceitos e as palavras-chave passadas a eles na primeira e na segunda oficinas, tanto é que em outras conversas e em outros diálogos, como na terceira oficina, as crianças reverberaram o que aprenderam. Isso foi perceptível no início da oficina, quando a equipe de pesquisa anunciou o que seria feito naquele momento e indagou “o que é preciso para aposentar” e as crianças responderam “ter dinheiro”, “trabalhar”, “colocar o dinheiro no “banco”, todas falando ao mesmo tempo.

Na **quarta oficina**, relembramos os ensinamentos dos três encontros anteriores, resgatando os conceitos aprendidos: “o que a gente falou nesses últimos encontros? Sobre o que conversamos?” uma das crianças respondeu “aposentadoria”, perguntamos “o que é isso?” Elas responderam: “pôr o dinheiro no banco”, “pegar o dinheiro no banco”. Em razão dessas respostas, perguntamos: “pegar o dinheiro quando?”, uma das crianças respondeu: “quando ficar idoso”. Eles comentaram também: “a gente estava trabalhando no INSS” (sobre isso explicamos um pouco o que é o INSS na primeira oficina). Com isso, foi percebido que o conteúdo passado na primeira oficina se estendeu até a última. As crianças comentaram que “o INSS é um lugar onde guarda o dinheiro”, outra criança comentou: “quando a gente ficar grande a gente vai trabalhar na caixa, no banco”. Com comentários como esses, podemos perceber que o assunto repassado durante as oficinas ficou na mente delas. Perguntamos a elas o que era governo, que foi uma das palavras-chave trazidas na primeira oficina, uma das crianças respondeu: “é onde a gente trabalha”.

Para Piaget (1986), entre as características importantes durante a segunda infância (3 a 6 anos), objeto do presente estudo, está a capacidade de a criança utilizar a imaginação e brincar de faz de conta, evidenciando que se apropriou de muitos conhecimentos que fazem parte do ambiente físico e social em que está inserida. O autor entende também que as aquisições obtidas nessa fase da vida são importantes para a criança se conhecer melhor, se diferenciar das outras e poder interagir socialmente.

5. Considerações Finais

Este estudo teve como objetivo desenvolver ações para disseminar a educação previdenciária na primeira infância e compreender como as crianças podem ser motivadas para desenvolver uma consciência sobre o tema da previdência, a partir da realização de oficinas pedagógicas como estratégia metodológica em quatro oficinas presenciais ocorridas nos meses de abril e maio de 2021, com a participação de 12 crianças entre cinco e seis anos de idade, matriculadas em uma escola de educação infantil localizada em Brasília.

Inicialmente, constava do projeto que as oficinas seriam realizadas em uma unidade de educação infantil da rede de ensino pública do Governo do Distrito Federal (GDF), objetivando analisar as habilidades das crianças nas questões envolvendo educação financeira e previdenciária apresentadas, e compreender como elas poderiam ser motivadas para desenvolver uma consciência sobre o tema. Devido à pandemia de Covid-19, foi editado, pelo GDF, o Decreto n.º 40.509, em 11 de março de 2020, suspendendo, entre outras, no âmbito do Distrito Federal, as atividades educacionais em todas as escolas, universidades e faculdades, das redes de ensino pública e privada. O Decreto n.º 40.939, de 2 de julho de 2020, autorizou apenas o retorno das atividades presenciais na rede privada a partir de 27 de julho, permanecendo fechadas as escolas da rede pública até a conclusão do presente estudo.

Com isso, como escolha metodológica, optou-se pela realização das referidas oficinas em uma escola da rede de ensino particular, observando-se a mesma faixa etária. Como a concepção do projeto envolve o desenvolvimento de uma consciência cidadã em crianças, e que faixa de idade das crianças do projeto original foi mantida, a expectativa era de que não haveria prejuízo dos resultados a serem alcançados, o que de fato se concretizou.

Para potencializar a capacidade criativa e o aprendizado das crianças sobre o tema, foi utilizada como literatura de suporte a obra intitulada *O Tesouro do Vovô*, de autoria de Álvaro Borba Modernell, publicada pela editora Mais Ativos, devidamente adaptada pelo próprio autor para a faixa de idade objeto de observação. Para fins deste estudo, foi considerado que a primeira infância abrange o período que compreende os primeiros 6 (seis) anos completos ou 72 (setenta e dois) meses de vida da criança, conforme disposto no art. 2º da Lei nº 13.257, de 8 de março de 2016, que instituiu as políticas públicas para a primeira infância no Brasil.

Na revisão da literatura, verificou-se a necessidade de uma adaptação da Teoria do Ciclo da Vida de modo a acomodar a fase de “aprendizagem” (*learning*), a partir da constatação de que o envolvimento das crianças com as finanças pode começar ainda na primeira infância, considerada ideal pelos especialistas para que se desenvolva a mentalidade de consumo consciente e de educação financeira, uma vez que nesse período são formadas as relações cognitivas que darão as bases para o futuro desenvolvimento da criança.

Para potencializar a capacidade criativa e o aprendizado da criança, verificou-se, a partir dos achados da literatura, a necessidade de incentivá-la a conhecer o mundo, seja por meio dos sentidos, das artes, que podem ser através das cores, dos sons ou até mesmo de figuras. Além disso, um dos mecanismos utilizados para materializar o processo de aprendizagem na primeira infância é a literatura, vista como uma tarefa fundamental para servir como agente de formação seja no espontâneo convívio leitor/livro, seja no diálogo leitor/texto estimulado pela escola, mas que essa tarefa deve ser executada por pessoas adultas que delas se ocupam (pais, educadores, professores), conscientes da sua responsabilidade e reorganizadas em seu próprio conhecimento.

Ao final das quatro oficinas realizadas, ficou constatado que esse ambiente adotado como escolha metodológica permitiu criar um campo de conhecimento coletivo na medida da compreensão das crianças sobre o tema da previdência, em um ambiente controlado e com o devido suporte de pessoas adultas, revelando que essa experiência pode ser considerada uma alternativa para o desenvolvimento de uma política pública voltada para a educação previdenciária na primeira infância.

Para futuras pesquisas, recomenda-se que a metodologia utilizada neste estudo seja aplicada a novas faixas de idade, guardando as suas especificidades, e em escolas de educação infantil públicas, para verificar se os achados corroboram os encontrados.

Referências

- Atkinson, A., & Messy, F. A. (2012). Measuring financial literacy: Results of the OECD/International Network on Financial Education (INFE) pilot study.
- Bassil, R. L. (2018). Reformar não é suficiente. É preciso fomentar a cultura previdenciária. Disponível em: <https://www.capecf.com.br/site/noticias/reformar-nao-e-suficiente-e-preciso-fomentar-a-cultura-previdenciaria/> Acessado em abril de 2021.
- Borges, B.S. (2014). Juventude, trabalho e educação superior: a Geração Y em análise. 154 f. Tese (Doutorado em Ciências Humanas) - Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia, 2014. DOI <https://doi.org/10.14393/ufu.te.2014.3>
- Cambi, F. (1999). História da Pedagogia. (Trad) LORENCINI, Álvaro. São Paulo: Fundação Editora UNESP (FEU).
- Coelho, N. N. (2000). *Literatura infantil: teoria, análise, didática*. Moderna.
- Cohen, S., & Xiao, J. J. (1992). For parents particularly: Consumer socialization—children and money. *Childhood Education*, 69(1), 43-44.
- Cordeiro, N. J. N., Costa, M. G. V., & da Silva, M. N. (2018). Educação Financeira no Brasil: uma perspectiva panorâmica. *Ensino da Matemática em Debate*, 5(1), 69-84.
- Cordeiro, N. J. N., Maia, M. G. B., & Silva, C. B. P. (2019). O uso de histórias em quadrinhos para o ensino de Educação Financeira no ciclo de alfabetização. *TANGRAM-Revista de Educação Matemática*, 2(1), 03-20.
- Corsino, P. (2017). Infância e literatura: entre conceitos, palavras e imagens1. *Literatura, leitura e educação*, 207.
- D'Aquino, C., & Cerbasi, G. (2008). *Educação Financeira: como educar seus filhos*. Elsevier.
- Deaton, A. (2005). Franco Modigliani e a Teoria do Consumo do Ciclo de Vida. Programa de Pesquisa em Estudos de Desenvolvimento e Centro de Saúde e Bem-estar. Princeton University.
- Ejdelsberg, F. & Ribeiro, A. P. A. (2009). A Importância da Educação Previdenciária na Aposentadoria da População Brasileira.
- Gallery, N., Gallery, G., Brown, K., Furneaux, C., & Palm, C. (2011). Financial literacy and pension investment decisions. *Financial Accountability & Management*, 27(3), 286-307.
- Gallo, F. (2018). Millennials: geração imediatista que não liga para a aposentadoria. O Globo Economia [Entrevista com Bruno Dutra e Pollyana Brêtas]. Disponível em: <https://oglobo.globo.com/economia/millennials-geracao-imediatista-que-nao-liga-para-aposentadoria-23074915>. Acessado em agosto de 2020.

- Giannetti, E. (2005). O valor do amanhã: ensaio sobre a natureza dos juros. São Paulo, SP: Companhia das Letras.
- Godfrey, J. (2013). *Raising Financially Fit Kids, Revised*. Ten Speed Press.
- Gonçalves, J. P. (2016). Ciclo vital: início, desenvolvimento e fim da vida humana possíveis contribuições para educadores. *Revista Contexto & Educação*, 31(98), 79-110.
- Goyenko, R. Y., Holden, C. W., & Trzcinka, C. A. (2009). Do liquidity measures measure liquidity?. *Journal of financial Economics*, 92(2), 153-181.
- Grech, A. G. (2013). Assessing the sustainability of pension reforms in Europe. *Journal of International and Comparative Social Policy*, 29(2), 143-162.
- Levy, F. (2019). Educação financeira para crianças pode começar aos três anos. Disponível em: <https://noticias.r7.com/economia/economize/educacao-financeira-para-criancas-pode-comecar-aos-tres-anos-28122019>. Acessado em 08/04/2021.
- Lima, D. V., & Matias-Pereira, J. (2014). A dinâmica demográfica e a sustentabilidade do regime geral de previdência social brasileiro. *Revista de Administração Pública*, 48(4), 847- 868.
- Lusardi, A., Mitchell, O. S., & Curto, V. (2010). Financial literacy among the young. *Journal of consumer affairs*, 44(2), 358-380.
- Machado, A. M. (2002). *Como e por que ler os clássicos universais desde cedo*. Objetiva.
- Matos, M. A. (2012). Educação previdenciária como exercício de cidadania.
- Magalhaes, G. F., & Alves, W. M. (2019). Cidadania e políticas públicas no contexto do programa de educação previdenciária-PEP. *Revista do Direito Público*, 14(1), 10-25.
- McCormick, M. H., & Godsted, D. (2006). *Learning your monetary ABCs: The link between emergent literacy and early childhood financial literacy* (No. 2006-NFI-03). Indiana State University, Scott College of Business, Networks Financial Institute.
- Mele, V., & Belardinelli, P. (2019). Mixed methods in public administration research: Selecting, sequencing, and connecting. *Journal of Public Administration Research and Theory*, 29(2), 334-347.
- Melo, N. C. V., Teixeira, K. M. D., Ferreira, M. A. M., & Silva, N. M. (2018). Consumo de bens e serviços por idosos nos arranjos domiciliares unipessoal e residindo com o cônjuge. *SER Social: Revista do Programa de Pós-Graduação em Política Social da Universidade de Brasília*, v. 20, n. 42.
- Modigliani, F. (1986). Life cycle, individual thrift, and the wealth of nations. *Science*, 234(4777), 704-712.
- Modigliani, F., & Brumberg, R. (1954). Utility analysis and the consumption function: An interpretation of cross-section data. *Franco Modigliani*, 1(1), 388-436.
- Montangero, J., Maurice-Naville, D., Marques, T. B. I., & Becker, F. (1998). *Piaget, ou, A inteligência em evolução: sinopse cronológica e vocabulário*. Editora ArtMed.
- Neri, M. C. (2007). Renda, consumo e aposentadoria: evidências, atitudes e percepções.
- Neri, M. C., Carvalho, K. C., & Nascimento, M. (1999). Ciclo da vida e motivações financeiras (com especial atenção aos idosos brasileiros).
- Oliveira Lima, C. S., & Nóbile, M. F. (2020). A Primeira Infância e a construção das estruturas lógicas elementares: um olhar a partir da Neurociência e da Epistemologia Genética. *Revista Cocar*, 14(30).
- Papalia, D. E., & Feldman, R. D. (2013). Desenvolvimento humano. Artmed editora. Pena, R. P. (2008). Educação Financeira e previdenciária. SÃO PAULO: SP.
- Perrenoud, P. Os ciclos de aprendizagem. (2004). *Um caminho para combater o fracasso escolar*. Porto Alegre: Artmed Editora.

- Piaget, J. (1986). O nascimento da inteligência na criança *mental*, 258, 259.
- Piaget, J., & Inhelder, B. (1993). *A psicologia da criança*. Lisboa: Edições Asa, 1993.
- Sales, R. G. (2014). O direito de acesso à informação pública administrativa. *Rio de Janeiro: Lumen Juris*, 440.
- Savoia, J. R. F., Saito, A. T., & Santana, F. D. A. (2007). Paradigmas da educação financeira no Brasil. *Revista de Administração pública*, 41(6), 1121-1141.
- Sebrae. (2012) Educação Previdenciária: planeje seu futuro. Disponível em: https://www.sebraeprevidencia.com.br/wp-content/uploads/2014/01/Cartilha-Educacao_Previdenciaria.pdf. Acessado em 20/03/2021.
- Silva, E. A. S. R. G. (2019). A imprevidência da previdência : como o ciclo de vida afeta as escolhas de aposentadoria. Dissertação (Mestrado em Ciências Contábeis)— Universidade de Brasília, Brasília.
- Silva, G., Reis, D., Martins, E., & Fornari, M. (2019). Educação financeira para o planejamento da aposentadoria. *Revista Calafiori*, 3(2), 94-104.
- Silva, S. F. (2012). Escolha intertemporal em previdência privada: um estudo de caso num plano de contribuição variável. 75 f., il. Dissertação (Mestrado em Economia)— Universidade de Brasília, Brasília.
- Silveira Kroeff, R. F. S., da Silva, C. A. B., & Maraschin, C. (2016). Oficinas como estratégia metodológica de pesquisa-intervenção em processos envolvendo videogames. *Mnemosine*, 12(1).
- Siqueira, R. B., & Siqueira, R. B. A. (2020). Oficinas: estratégia metodológica para a pesquisa dialógica com crianças. *Revista Brasileira de Pesquisa (Auto) biográfica*, 5(15), 1212-1228.
- Silva, A. A. S. (2017). *A política do ciclo de aprendizagem nos anos iniciais do ensino fundamental: uma análise a partir do ciclo de políticas*. Tese (Doutorado). Universidade Federal de Pernambuco (UFPE). Programa de Pós Graduação em Educação. 256 f.
- Siufi, C. J. D. S. (2018). *A ludicidade e a inquiribilidade no processo da educação musical na primeira infância* (Doctoral dissertation, Universidade de São Paulo).
- Souza, C. C. Z. D. (2016). O ensino da matemática financeira na escola numa perspectiva de educação para vida.
- Spink, M. J., Menegon, V. M., & Medrado, B. (2014). Oficinas como estratégia de pesquisa: articulações teórico-metodológicas e aplicações ético-políticas. *Psicologia & Sociedade*, 26(1), 32-43.
- Suiter, M., & Meszaros, B. (2005). Teaching about saving and investing in the elementary and middle school grades. *Social Education*, 69(2), 92-95.
- Tavares, J. D. C. F. (2010). *A importância da literatura infantil na educação de infância* (Bachelor's thesis).
- Terrell, S. R. (2012). Mixed-methods research methodologies. *Qualitative report*, 17(1), 254-280.
- Vieira, K. M., Kunkel, F. R., Campara, J. P., & Paraboni, A. L. (2016). Alfabetização financeira dos jovens universitários rio-grandenses. *Desenvolve Revista de Gestão do Unilasalle*, 5(1), 107-133.
- Vieira, G. S., & Pessoa, C. A. (2020). Educação Financeira pelo mundo: Como se organizam as Estratégias Nacionais? Financial education around the world: how are national strategies organized?. *Educação Matemática Pesquisa: Revista do Programa de Estudos Pós-Graduados em Educação Matemática*, 22(2), 658-688.
- Zhao, Q., & Mi, H. (2019). Evaluation on the sustainability of urban public pension system in China. *Sustainability*, 11(5), 1418.